

Testemunho Ordinário no Noticiário Pós-televisivo: rumo a um novo imaginário moral

Lilie Chouliaraki

Professora de Mídia e Comunicação na London School of Economics. Tem publicado extensivamente sobre mediação e ética da vida pública, incluindo as obras *The Spectatorship of Suffering* (Sage, 2006), *The Soft Power of War* (Benjamins, 2007) e *The Ironic Spectator* (Polity Press, 2013).

Resumo

A ascensão da voz “ordinária” nas narrativas do noticiário pós-televisivo transformou drasticamente a natureza do testemunho jornalístico. Para alguns, simplifica-se a conectividade com e a ação sobre o sofrimento à distância, enquanto que, para outros, fragmenta-se a conectividade global gerando comunidades múltiplas, mas separadas, de “nós mesmos”. É essa característica mutável do testemunho, na passagem do noticiário televisivo para o pós-televisivo, e suas implicações para a moralização dos públicos Ocidentais, que exploro neste artigo.

Palavras-chave: notícias; reportagem de desastres; pós-televisão; testemunho; ética da mídia.

Abstract

The rise of ‘ordinary’ voice in post-television news narratives has drastically transformed the nature of journalistic witnessing. For some, it facilitates connectivity with and action on distant suffering, yet, for others, it fragments global connectivity and creates multiple but insulated communities of ‘our own’. It is this changing nature of witnessing, in the move from television to post-television news, and its implications for the moralization of Western publics that I explore in this paper.

Keywords: News; disaster reporting; post-television; witnessing; media ethics.

*Texto originalmente publicado com o título “Ordinary witnessing in post-television news: Towards a new moral imagination” na revista *Critical Discourse Studies*, v.7, n.3, 2010, p.305-319.

Tradução_Thales Lelo e revisão de Lorena Caminhas.

1. INTRODUÇÃO: TESTEMUNHO, JORNALISMO, PÚBLICOS

Good journalism in the field is about bearing witness to events that others may wish to hide or ignore; or which are simply too far out of sight for most people to care about (site da BBC, College of Journalism¹)

Testemunho e jornalismo: Ao descrever o bom jornalismo como uma forma de “dar testemunho”, a BBC chama atenção para uma função crucial das notícias, que não se limitam a reportar os acontecimentos, mas mobilizam o potencial das pessoas de se importarem com o que ocorre. Ao especificar o testemunho como um ato de desvelamento, algo que pode ser “encoberto” ou estar “muito longe da vista”, a BBC situa o jornalismo no interior de uma concepção da publicização como “espaço de aparências” (Arendt, 1958/1990; Silverstone, 2006). Distinta das concepções deliberativas de publicização que enfatizam o papel do jornalismo em informar as audiências ou delinear a opinião pública, essa conceituação lança luz à dependência do jornalismo da performance, das imagens e das narrativas que situam os acontecimentos dentro dos limites dos regimes simbólicos da emoção e da ação, impondo uma demanda específica

1_ Seção de testemunha imparcial: <http://www.bbc.co.uk/journalism/ethics-andvalues/impartiality/witness.shtml>

aos seus públicos: para tomar uma posição, para se importarem com os demais (Chouliaraki, 2006). Essa potência de agir no espaço de aparências ao fazer uma reivindicação moral pela atenção ao outro torna o jornalismo um “ritual de comunicação” (Carey, 1989) peculiar, o qual, ao reportar as notícias sobre o sofrimento, também transforma suas comunidades de espectadores em comunidades imaginadas de sentir (e potencialmente de agir) com respeito a tal sofrimento. Central a esse processo é a voz do jornalista, a qual atua enquanto testemunha do sofrimento ao transformar a experiência em discurso – ou o “visto” em “dito” (Peters, 2009).

O discurso noticioso, nesse sentido, consiste em narrativas da “ação dramática” através das quais o jornalista convida “o leitor a participar, como um observador, de um mundo de forças em disputa” (Carey, 1989, p.21). Entretanto, ao invés de um livre fluxo de *storytelling*, a voz do jornalista é estritamente controlada por uma economia institucional de regulação, que sujeita a narrativa ao teste de veracidade: a “ação dramática” no sofrimento pode incorporar um elemento testemunhal de modo a acionar uma reação emocional, mas pode também se apresentar como uma informação objetiva que permite aos espectadores julgarem o sofrimento à distância como algo digno de sua reação (Boltanski, 1999).

Uma crítica moral do noticiário jornalístico: É a coexistência desses requisitos de objetividade e testemunho - na medida em que são diversamente articulados nas narrativas noticiosas - que constroem o sofrimento à distância em múltiplas configurações na ação dramática. Enquanto a objetividade enfoca na administração da verdade no ato de testemunhar, o testemunho chama atenção à gestão de nosso potencial afetivo com respeito ao sofrimento: seja na forma de denúncia contra a injustiça sofrida (diante da presença de um perpetrador), ou ainda na forma do cuidado e da sensibilidade filantrópica (diante de um benfeitor). No caso de desastres naturais (como terremotos), as narrativas jornalísticas realçam a presença dos benfeitores, que são ONGs e voluntários de auxílio humanitário que surgem para agir no local visando suprir as necessidades imediatas que sucedem aos impactos do desastre. Como consequência,

ONGs como a Cruz Vermelha atuam tanto como certificadoras quanto como vozes afetivas nessas narrativas jornalísticas, evidenciando até que ponto a relação entre o jornalismo e as agências humanitárias é de simbiose entre instâncias interdependentes (Bethnal, 1993). Isto, porque, ao habitar a zona do sofrimento, os agentes humanitários partilham com os jornalistas a responsabilidade única de testemunhar os fatos e os divulgar como uma motivação para a ação no Ocidente. De fato, essa simbiose pode ser conflituosa, na medida em que o poder de reportar em última instância é confiado ao jornalista, frequentemente obrigando as ONGs a ajustar ou “empacotar” suas mensagens em formas peculiares, de modo a conseguir uma oportunidade de divulgá-las; ao invés de harmônica, a relação entre as duas instâncias é perturbada por tensões (Cottle, 2009, p.146-153).

Tais tensões nas relações de poder entre esses agentes-chave no testemunho refletem uma questão fundamental na mediação do sofrimento humano, que é o poder do jornalismo Ocidental de classificar o sofrimento em hierarquias de localidade e vida humana, privilegiando alguns desastres como dignos de emoção e ação no Ocidente, mas deixando outros ao lado de fora do espaço de aparências (Galtung; Ruge, 1965). Ao passo que alguns casos de sofrimento podem nunca serem testemunhados como acontecimentos dignos de uma reportagem, aqueles que conseguem ser reportados são sujeitos a distintas “patologias” do testemunho: narrativas do sofrimento que se enfocam no testemunho exclusivamente como um fato, por exemplo, diminuem a capacidade afetiva das notícias e “aniquilam” a qualidade humana do sofrimento, enquanto que as narrativas que se debruçam no testemunho como horror “se apropriam” do sofrimento como alguém que partilha conosco sua humanidade, podendo inclinar-se em direção a um sentimentalismo em *commodity* que reduz o testemunho ao voyeurismo (Silverstone, 2006). O que torna o jornalismo uma testemunha - seja enquanto força moralizante no espaço de aparências ou ainda como objeto de ásperas críticas -, não é só sua capacidade de trazer o sofrimento à distância ao espaço de aparências, mas sua potência “ritual” de constituir - no exato momento em que reivindica informar

acerca de algo - os espectadores Ocidentais como públicos, como coletividades com um desejo de agir. As “patologias” do testemunho, nesse sentido, longe de serem casos de más práticas individuais, são formas estruturais de viés jornalístico que detêm um potencial “unificador”: elas instituem públicos que são “comunitários” (reforçando um senso de pertencimento ao seu “próprio” mundo local), em vez de “cosmopolitas” (orientados em direção aos vínculos de pertencimento que extravasam sua própria vizinhança) (Mulhmann, 2008).

Novas mídias, novo jornalismo? É em alguma medida contra essa crítica ao jornalismo televisivo entendido como uma força de “unificação” que reproduz relações globais de subordinação entre o Ocidente e o resto do mundo que a inserção das novas mídias no jornalismo tem sido aclamada como um deslocamento radical. Uma vez que o potencial “descentralizador” do jornalismo cidadão, ou seja, seu potencial de desafiar os fluxos dominantes da mídia de massas Ocidental, refere-se primariamente à mídia não institucional (Reese, 2009; Reese; Dai, 2010), as maiores corporações jornalísticas, tais quais a *BBC*, têm também se apropriado do jornalismo cidadão por meio de sua própria visão de cosmopolitismo.

O que constitui uma interrupção no monopólio do *storytelling* jornalístico é a incorporação dos *inputs* dos cidadãos no suprimento de notícias institucionalizadas, de modo que o noticiário é agora definido como um “produto colaborativo”. Na *BBC*, por exemplo, a lição extraída dos principais noticiários sobre o sofrimento humano, tais quais o tsunami (2004) ou os ataques em Londres (2005), é que “quando os principais acontecimentos ocorrem, o público pode nos oferecer novas informações na mesma medida em que somos aptos a difundir-las. De agora em diante, a cobertura noticiosa é uma parceria” (Sambrook, 2009)². Separando o jornalismo online composto de textos em *blogs* ou das postagens no *Twitter* do jornalismo institucional que se apropria das vozes de bloggers e de usuários do *Twitter* em suas estruturas noticiosas, Deuze (2004) se refere aos últimos como “multimídias” ou jornalismo “con-

2_ “O jornalismo cidadão e a *BBC*”, relatório de Neiman disponível em: <http://www.nieman.harvard.edu/reportsitem.aspx?id=100542>

vergente”: a exibição online de um “pacote de narrativas jornalísticas” que incorpora mais de um formato midiático, incluindo “a palavra dita e a escrita, a música, as fotografias e as imagens em movimento, as animações gráficas, bem como os elementos interativos e hipertextuais” (Deuze, 2004, p.140). Guiado por interesses técnico-comerciais e profissionais, o crescimento desse jornalismo é, não obstante, fundamentalmente investido por um discurso ético-político, o de “conceder a voz” ao público (Beckett, 2008). Enquanto essa abertura do espaço de aparências para o testemunho de cidadãos tem sido celebrada pelos agentes humanitários, na medida em que eles agora podem dirigir seus urgentes apelos ao público Ocidental sem depender da cobertura jornalística, há preocupações de que o espaço de aparências esteja se tornando não só mais abundante, mas também mais arriscado, e não só mais “democrático”, mas também mais “vulgar”, para usar os termos empregados por Turner (2009).

Essa ambivalência é conectada, por sua vez, às mudanças nos mecanismos de controle da produção noticiosa, partindo de um jornalismo de “indexação” (o qual busca ancorar as notícias às fontes oficiais) rumo a um jornalismo conduzido por acontecimentos, o qual aporta as notícias nas evidências fotográficas e documentais, tornando mais difícil a limitação por meio do controle editorial (Bennett *et al*, 2007). É precisamente esse relaxamento do controle sobre o conteúdo que acena para um deslocamento na economia de regulação do noticiário, motivando a formulação de uma interrogação chave sobre como as novas narrativas jornalísticas do pós-televisão podem ser submetidas ao “teste de veracidade” – ou seja, como elas deveriam figurar tanto como informações objetivas que respeitam os valores de organização noticiosa, bem como enquanto relatos testemunhais que sensibilizam os seus públicos à ação³.

É sobre essa questão que irei me debruçar de agora em diante. Após oferecer um panorama crítico do testemunho ordinário no noticiário (segunda seção, “Testemunho ordinário e a ética do jornalismo”), proponho um enfoque analítico da estética

3_ Ver, por exemplo, Sambrook (2009) em: http://74.125.155.132/scholar?q=cache:lgMTWmniQdII:scholar.google.com/+on+demand+news+BBC&hl=en&as_sdt=2000

narrativa no gênero jornalístico, oferecendo uma averiguação do noticiário pós-televisivo da *BBC* em Kashmir (2005) e no Haiti (2010) (seções três e quatro: “Analisando o testemunho no noticiário” e “Narrativas jornalísticas pós-televisivas: uma análise crítica”, respectivamente). Argumento que, se a análise das narrativas noticiosas é importante para o estudo do testemunho, isto se deve ao fato de que o deslocamento em direção ao jornalismo pós-televisivo não altera tão somente as pretensões de verdade impressas nas notícias, mas também exerce profundos impactos nas formas como imaginamos a alteridade distante e nos relacionamos com o mundo além de nossa zona de segurança – através da imaginação moral que as narrativas pós-televisivas tornam acessível para o público das notícias. Antes de explorar, em detalhe, essas narrativas, inicio com uma discussão crítica sobre o testemunho ordinário enquanto força ética do jornalismo pós-televisivo.

2. TESTEMUNHO ORDINÁRIO E A ÉTICA DO JORNALISMO

A ascensão do jornalismo pós-televisivo promete endereçar uma crítica moral à mídia de massas, restaurando, na esteira, a visão de um jornalismo “descentralizado”, que cultiva a imaginação moral do cosmopolitismo. Isso decorre da substituição do jornalista pelo cidadão, garantindo autenticidade ao testemunho: os vídeos amadores do tsunami (Gillmor, 2004), dos atentados em Londres (Allan, 2006), ou dos protestos em Burma (Cooper, 2009), saúdam justamente esse novo compromisso de entregar notícias feitas pelos “cidadãos segundo sua lealdade aos outros cidadãos” (Harcup, 2002, p.103). Mas por mais promissora que essa hegemonia da voz ordinária no noticiário possa ser, a natureza do testemunho no jornalismo pós-televisivo ainda não foi estudada minuciosamente (à exceção de Pavlik, 2001).

Testemunho “ordinário”: Distintamente do testemunho jornalístico, que prioriza uma concepção objetiva do relato ancorada no “valor intrínseco dos fatos que devem ser disponibilizados ao público de modo a facilitar seus esforços em engajar-se com as questões candentes do dia” (Allan, 2009, p.61), o testemunho do cidadão é fundado em um depoimento

em primeira mão e na opinião pessoal (Turner, 2010). O termo “ordinário” significa, precisamente, essa interrupção no monopólio do testemunho profissional em benefício à valorização da voz do transeunte como a mais adequada para oferecer o relato de uma história de sofrimento.

A valorização do testemunho ordinário introduz no noticiário uma distinta epistemologia da autenticidade que relativiza o empirismo dos fatos na reportagem televisiva ao situá-los lado-a-lado com o empirismo da emoção. Mas ao invés de indicar um recuo do jornalismo de fatos, a primazia da emoção sugere que as fronteiras hierárquicas entre as noções profissionais e cidadãs de fatos estão obscurecidas. Não são mais a verificação e a análise das fontes que contam como notícias, mas sim a instantaneidade da experiência – e é esta experiência que agora confere uma nova força moralizante ao jornalismo. Uma clara manifestação desse impacto moralizante do testemunho ordinário é encontrada no conteúdo clandestino gerado por usuários - a exemplo dos protestos em Burma (2007) e das revoltas no Irã (2009) - que conseguiram disseminar, instantaneamente e ao redor do globo, narrativas e imagens de violências locais, definido não somente a agenda noticiosa Ocidental, bem como mobilizando o ativismo global em solidariedade. O testemunho ordinário, nesse sentido, democratiza o espaço de aparências ao romper o “monopólio” do noticiário televisivo, permitindo que novas vozes povoem esse espaço: “com novos atores acessando uma esfera de compartilhamento de informações até agora dominada pela mídia convencional e pelas agências de auxílio”, afirma Cooper, “há possibilidades crescentes de que uma diversidade maior de histórias seja contada, bem como uma variedade mais expressiva de vozes sejam ouvidas” (2007).

Repercutindo as conceituações testemunhais do relato televisivo, a exemplo do “jornalismo de proximidade” - que combina o respeito aos fatos com o comprometimento às convicções morais do profissional (Bell, 1997) -, o testemunho ordinário, todavia, afasta-se dessa abordagem na medida em que a autoridade de seu compromisso moral não é “galvanizada” pelo escrutínio dos fatos, mas sim legitimada

pela força de sua convicção. Por esse prisma, apesar do testemunho na televisão constituir seus públicos empregando várias versões da objetividade no intuito de discursar em nome de um “nós” unificado, o testemunho no jornalismo pós-televisivo compõe seus públicos ao reivindicar ser precisamente esse “nós”: o testemunho ordinário diz respeito às pessoas que “estão se vendo representadas por si mesmas” (Atton, 2002, p.122).

O ceticismo direcionado ao testemunho: A despeito de sua distinta pretensão de verdade em nome do povo, o noticiário pós-televisivo permanece atado a uma controvérsia mais ampla em torno do testemunho enquanto força moralizante do jornalismo. Longe de celebrar a democratização da voz, o argumento cético liga a epistemologia do subjetivismo à expansão da mídia corporativa e sua necessidade de renovar a legitimidade do jornalismo em face do decrescente consumo de notícias provenientes da mídia convencional (Deuze, 2001; Beckett, 2008).

De um lado, ao invés de o jornalismo convergente refletir uma pluralidade de informações e opiniões (como promete fazer), evidencia-se uma notável homogeneização do conteúdo, na medida em que os mesmos textos noticiosos são recontextualizados em variados formatos multimídia (Scott, 2005). Mesmo a autenticidade do conteúdo gerado por usuários, aclamada em sua aptidão para instigar uma solidariedade global, é apreendida, em última análise, como uma forma de “trabalho não remunerado” que já se revela um substituto inadequado do jornalismo profissional, lançando luz à perda de qualidade gerada devido à destituição do serviço de correspondentes estrangeiros (Turner, 2010). De outro lado, uma vez que o conteúdo gerado por usuários é cooptado pelas grandes corporações visando propósitos mercadológicos, o jornalismo convergente passa a ser incorporado na lógica penetrante do entretenimento que prioriza o sensacionalismo sobre a apuração em profundidade, transformando as notícias em *commodities*: “a convergência no jornalismo”, como propõe Scott (2005), não é sobre a democratização da informação, mas sim “uma nova estratégia na gestão econômica da produção e distribuição da informação”, cuja “*raison d’être* é o lucro” (Scott, 2005, p.101).

Em síntese, o jornalismo pós-televisivo contesta o valor da objetividade, o que reflete nas possibilidades de um “nós” unificado para além dos pontos de vista, situando-o no mesmo nível do valor mercadológico da auto exposição emotiva, a qual prioriza “o privado, o ordinário, o cotidiano” (Turner, 2010, p.22)⁴. Ainda que novas formas de solidariedade em rede emergam fora dessa tendência, os críticos têm frisado que o “nós” de tais solidariedades costumam constituir públicos “isolados”, os quais orientam a si mesmos rumo às suas próprias preocupações comunitárias em vez de desenvolver sensibilidades cosmopolitas com respeito à alteridade distante.

Suspensas entre essas duas perspectivas (seja de celebração do potencial moralizante do jornalismo cidadão ou ainda de lamentação diante do falecimento das notícias em um “jornalismo de opinião”), as referências sobre o testemunho ordinário permanecem resolutamente teóricas. Como consequência, elas também falham em formular questões empíricas chave sobre como o ato de testemunhar pode ser mutável diante de uma economia emergente de regulação, peculiar às textualidades do pós-televisão. Assim sendo, proponho que devemos agora nos mover em direção a uma análise das notícias pós-televisivas enquanto formas narrativas específicas que constituem suas próprias pretensões de verdade ao reportar o sofrimento à distância.

3. ANALISANDO O TESTEMUNHO NO NOTICIÁRIO

A conceituação da notícia como narrativa ou ainda como um “certificado” de realidade (que inevitavelmente envolve uma disposição da voz), não é de fato nova (Tuchman, 1976; Silverstone, 1981). Seu ponto de partida repousa na compreensão do jornalismo como um ritual comunicativo de “ação dramática”, que implica aqueles que reportam a partir de uma cena de sofrimento e aqueles que os assistem à distância. Esse processo de reportar um aconteci-

4_ Apesar de o discurso experiencial ter dominado por muito tempo os gêneros de participação nos meios de comunicação de massas (Livingstone; Lunt, 1994) e no entretenimento documental (Fairclough, 1995), a penetração de um “Eu” personalizado em um gênero “duro” como o noticioso transforma a epistemologia de objetividade em uma narrativa existencial de tonalidades terapêuticas.

mento, permita-nos recordar, envolve uma economia de regulação através da qual a voz do jornalista é requisitada para enquadrar o sofrimento “sem deformação, de tal modo que ele esteja disponível para que qualquer um possa analisa-lo... e perceba-se suficientemente afetado por ele, ao ponto de se comprometer em função dele e toma-lo como sua causa” (Carey, 1999, p. 31).

O que essa economia da regulação sugere é que a disposição ao altruísmo não é tanto uma reação espontânea aos “fatos” acerca do sofrimento, mas, pelo contrário, emerge como efeito de certo tipo de textualidade – combinando pretensões de verdade e objetividade, transmitindo os fatos “sem deformação” com propósitos específicos de emotividade, e tornando os públicos “suficientemente afetados”, de modo tal que possam conduzir-se à ação. Ao invés de propor que os jornalistas devam se engajar nas reportagens com base em um conhecimento explícito dessas duas pré-condições de publicização, seria mais apropriado dizer que o imperativo de testemunhar o sofrimento como um “motivo para a ação” tem historicamente informado a exibição pública do sofrimento, de tal modo que as mudanças na articulação dessas condições narrativas podem ser vistas como barômetros sensíveis de deslocamentos concomitantes nos modos de testemunhar no noticiário.

Para esse fim, proponho um arcabouço para o estudo do testemunho que confere relevo a dois componentes emergentes da narrativa noticiosa pós-televisiva: i) Sua *multi-medialidade*, que contempla a combinação de diferentes formas de mídia na exibição online das notícias; ii) sua *estrutura narrativa*, a qual explora o impacto da multi-medialidade na *estrutura coesiva*, que é a arquitetura do noticiário; na *estrutura de cláusula*, que é a representação de autoridade nas notícias; e na *estrutura processual*, que é a representação da ação sobre o sofrimento no noticiário. Diferentes configurações desses recursos textuais produzem distintas pretensões de verdade que, por meio de sobreposição, cada vez mais se movem em direção a formas de testemunho participativo e, conseqüentemente, rumo a uma nova dinâmica de “unificação” e “descentralização” da constituição dos públicos dos noticiários.

Meu material empírico consiste em duas reportagens da BBC sobre grandes terremotos ocorridos na era pós-televisiva (2005-2010), explorando duas categorias narrativas distintas de noticiário online⁵: i) narrativas convergentes, as quais incluem os terremotos em Kashmir, no Paquistão, em 2005, e o terremoto no Haiti, em 2010, e; ii) *streaming* na *web* ou transmissão ao vivo, empregada exclusivamente no terremoto no Haiti (janeiro de 2010)⁶.

4. NARRATIVAS JORNALÍSTICAS PÓS-TELEVISIVAS: UMA ANÁLISE CRÍTICA

Início com a categoria de notícias convergentes e prossigo com a transmissão ao vivo pela *web*, examinando cada uma em termos de suas estéticas narrativas (estruturas coesiva, de cláusula e processual), e os modos de testemunhar que tornam possíveis aos seus públicos.

4.1. Notícias convergentes

Qualidade estética: As reportagens em Kashmir (2005) e no Haiti (2010) são caracterizadas por uma rica multi-medialidade, que reflete a crescente complexidade do gênero noticioso, na medida em que se movem além da transmissão massiva rumo à convergência. A multi-medialidade, ou seja, a coexistência de plataformas midiáticas nos portais de notícias online, facilita a inserção de complexos materiais visuais e auditivos nas narrativas, os quais incluem

5_ O conteúdo dessas reportagens está disponível no arquivo online da BBC e pode ser acessado nos seguintes endereços: terremoto em Kashmir (2005): http://news.bbc.co.uk/1/hi/world/south_asia/4321490.stm; Terremoto no Haiti (2005): <http://news.bbc.co.uk/1/hi/8455629.stm>; transmissão na web do Haiti (ou live blogging; 2010): <http://news.bbc.co.uk/1/hi/8456322.stm>

6_ O streaming na web ou a “transmissão ao vivo” tira proveito da aclamada capacidade das novas mídias (indo das fotografias digitais ao e-mail e ao Twitter), de introduzir um conteúdo gerado por usuários no jornalismo profissional, contribuindo assim com o fluxo de notícias em tempo real nos principais acontecimentos jornalísticos - fluxo esse que permanece subsequentemente no website como um arquivo do acontecimento. Originalmente cobrindo ao vivo os principais eventos esportivos, o gênero tem sido progressivamente utilizado para anunciar notícias globais tais quais os ataques em Mumbai (Novembro de 2008), a cerimônia de posse do Presidente Obama (Janeiro de 2009), e o terremoto no Haiti (Janeiro de 2010), atraindo milhões de espectadores. A cerimônia de posse do Presidente Obama, por exemplo, fez com que o site da BBC entrasse em colapso devido à sobrecarga de usuários, ao passo que a CNN disponibilizou 25 milhões de transmissões no dia, com 1,3 milhões sendo liberadas simultaneamente e as outras 650 mil por meio de tecnologia P2P (<http://newteevee.com/2009/01/23/tallying-the-numbers-web-video-rivaled-tv-forinauguration-views/>).

mapas interativos da área atingida, “links de testemunhas oculares” com imagens de pessoas comuns, “relatos em áudio” de sobreviventes (alguns deles transcritos com breves descrições destacadas nas páginas da Web), informações históricas sobre desastres naturais precedentes e *web-stream* ou transmissões ao vivo (veja adiante).

Como consequência, a *estrutura coesiva* das notícias torna-se hipertextual: ela interrompe o fluxo de uma narrativa discursiva com opções de engajamento interativo por meio de múltiplas informações (muito embora não disponíveis imediatamente) de fontes através de *links* (Deuze, 2006, p.70). Ao mesmo tempo, a hipertextualidade é articulada a um marcador coesivo tradicional às notícias, a pirâmide invertida, a qual prioriza a informação “essencial” (o quê, quem, onde, quando e como), dominando o aspecto linguístico da narrativa. O resultado é uma estrutura híbrida que retira a homogeneidade do texto noticioso na medida em que as fontes são situadas em meio a citações não relacionadas, desprovidas de uma sequência lógica firme, mas que permitem múltiplas formas de participação do usuário: lendo, clicando e navegando, bem como percorrendo as imagens.

A *estrutura de cláusula* é dominada por uma linguagem categórica que transmite os fatos e pelo uso extensivo das citações diretas que introduzem as vozes das fontes jornalísticas, englobando aqui as vozes oficiais, tais quais os porta-vozes do governo local (“O Presidente do Paquistão...disse que o terremoto foi um ‘teste para a nação’”, Kashmir), mas também representantes internacionais (“O Presidente norte-americano Barack Obama disse que seus ‘pensamentos e orações...’”, Haiti), as quais não somente inserem um sentido de imediatismo na narrativa, mas também “globalizam” o campo de ação. Mais importante ainda é o fato de que as narrativas incluem as agências de auxílio humanitário e as histórias de pessoas comuns: “Um membro da equipe de resgate, Rehmatullah, disse: ‘eu me apressei...’” (Paquistão) ou “Rachmani Domersant, um gerente de operações da instituição de caridade ‘Food for the Poor’ disse à Reuters que... ‘Temos milhares de pessoas sentadas nas ruas sem nenhum lugar para ir... correndo, chorando, gritando’” (Haiti).

A *estrutura processual* traz à tona uma série de pedidos pela ação direta na cena do sofrimento. De um lado, a eterna presentificação dos relatos de testemunhas oculares injeta um senso de “vivacidade” emergente na narrativa, a exemplo de “O choro das pessoas presas nos escombros me assombrou. Há ainda muitos soterrados lá” (Paquistão) ou “Está escuro lá fora agora, não há eletricidade, todas as linhas telefônicas caíram...” (Haiti), mas também nas gravações amadoras e nos *links* de áudio com as declarações de testemunhas oculares. Do outro lado, as opções interativas, instando a participação do usuário (“você foi afetado pelo terremoto?”), são disponibilizadas imediatamente após o acontecimento no site da BBC com *links* associados à história política e geológica dos dois países.

Essa configuração das propriedades textuais dá origem ao depoimento testemunhal, um modo de testemunho que se assenta em uma pretensão de verdade híbrida, que combina objetividade (através do emprego da pirâmide invertida) a uma *storytelling* subjetiva (por meio de citações diretas e *hyperlinks*), bem como opções de navegação hipertextuais que possibilitam aos públicos se envolverem com as *storytellings* do noticiário na qualidade de “fontes” e benfeitores potenciais. Na medida em que tal depoimento testemunhal convergente configura a zona de sofrimento como um espaço povoado pelas vozes dos atingidos que se encontram ao nosso alcance imediato, rompe-se o “objetivismo” do noticiário televisivo e introduz-se uma objeção ao viés comunitário dos meios de comunicação de massa Ocidentais - em prol de um jornalismo de “descentralização”.

De fato, há uma diferença entre os dois acontecimentos que estamos analisando: as reportagens acerca do terremoto no Haiti visaram capturar a imaginação moral do Ocidente como objeto de vasta ação altruística, enquanto que em Kashmir isso não ocorreu (Franks, 2006). Ainda que existam razões históricas e políticas para essa assimetria na cobertura, a ausência de interatividade midiática foi também destacada como um importante motivo para a pobreza da cobertura noticiosa em Kashmir: “a pobreza da cobertura jornalística decorreu de um

reduzido número de repórteres ocidentais disponíveis para cobrir o terremoto no Paquistão... e da baixa quantidade de imagens digitais de testemunhas oculares do acontecimento, resultando em um fator diminuto ‘de expressividade’” (Thelwall; Stuart, 2007)⁷. Em contraste, o terremoto no Haiti transcorreu em um ambiente saturado pela mídia, o qual providenciou uma estrutura online aberta e instantânea de informação e ação, sem precedentes na história da reportagem de desastres.

Como comentou a *Fox News*:

A força do *Twitter* para transformar testemunhas oculares em jornalistas em cena foi proeminente durante o massivo terremoto que se abateu sobre a costa do Haiti na terça. As fotografias de haitianos cobertos por destroços despontaram prontamente no *Twitter*, indo além dos serviços de notícia de redes tradicionais (14 de janeiro de 2010)⁸.

É para a transmissão de informações na *web*, apreendida como plataforma de notícias por excelência (agregando as contribuições dos cidadãos e elevando a visibilidade do sofrimento), que irei me dirigir agora. Ao invés de afirmar que os públicos dos noticiários se engajaram prioritariamente com a transmissão de informações na *web* ao invés das mídias de massas como fonte privilegiada de informações sobre o Haiti, argumento, em contraste, que os públicos se espalham através da mídia, apropriando-se de cada meio de modos distintos e para propósitos variados (Deuze, 2006). Embora os meios de comunicação de massa permaneçam como fontes de informação de referência, as notícias convergentes, incluindo as opções de *streaming* pela *web*, atuaram como um manancial de atualização e interação ao longo da emergência dos relatos de última hora sobre o Haiti, em 13 de janeiro (redação da BBC, comunicação pessoal).

5. TRANSMISSÃO NA WEB

O que diferencia o *streaming* pela *web*, ou “transmissão ao vivo”, das notícias convergentes é sua

⁷ Disponível online em: <http://jcmc.indiana.edu/vol12/issue2/thelwall.html>

⁸ <http://www.foxnews.com/scitech/2010/01/13/haitian-earthquake-disaster-power-twitter-shines/>

estrutura narrativa, agora totalmente conduzida por sua multi-medialidade – a configuração da mídia que disponibiliza a nova informação. O que é relatado é qualquer informação recebida considerada publicável pela redação interativa da BBC em qualquer plataforma tecnológica disponível, seja via *e-mail*, *twitter*, vídeo ou postagens em *blog*.

Como consequência, há um agudo acréscimo na presença de vozes ordinárias nessa categoria de notícias: no primeiro dia da cobertura (13 de janeiro de 2010), 50 de 1015 registros em *stream* se ancoraram em testemunhos de sofrimento. Seja por meio de gravações amadoras ou por relatos verbais, essa proeminência da voz ordinária aborda o sofrimento no Haiti por meio de um discurso terapêutico – um discurso altamente emotivo que vocaliza o trauma do atingido: “18h49, Troy Livesay, Porto Príncipe, escreve em seu *blog*: milhares de pessoas estão atualmente soterradas. Adivinhar o número seria como adivinhar as gotas de chuva no oceano. Vidas preciosas pendem na balança...”; “18h17, Thomas Chadwick, Florida, via *e-mail* nos Estados Unidos: tenho um orfanato em Jacmel com 13 crianças. Minha esposa está lá fora, mas eu não consegui falar com ninguém desde uma hora antes do terremoto. Me sinto tão inútil”.

Como resultado dessa intensa multi-medialidade, a estrutura narrativa da transmissão pela *web* difere-se substancialmente daquela do jornalismo convergente. Sua estrutura coesiva é agora organizada ao longo de linhas de uma *timeline* - uma coleção temporariamente reunida de registros autônomos, dispostos na forma de “atualizações” informativas: “1053 A Federação Internacional da Cruz Vermelha disse...”, “1101 O ex-Presidente do Haiti é citado pela agência de notícias AFP...”. Ao invés de um fato desconexo unificado em torno da lógica de objetividade da pirâmide invertida, a narrativa experimental da transmissão pela *web* é uma textualidade totalmente descentralizada, “bricolagem” de uma “realidade mediada mais ou menos agregada, desagregada ou reagregada de modo autônomo e contínuo” (DEUZE, 2006, p.66).

A fragmentação textual é adicionalmente caracterizada por sua *estrutura de cláusula* heterogênea, consistindo em mensagens desconectadas que par-

tilham um único aspecto em comum: todas contêm referências à identidade de suas fontes: “17/11 Try Livesay posta no *Twitter*...”, “19/10 A Cruz Vermelha Britânica no Haiti criou uma galeria de fotos no *Flickr*...” Esse registro sequencial de fontes aponta para a orientação da transmissão rumo ao “quem disse o quê”, ao invés da legitimidade da fonte ou “o que foi dito”. Em oposição à autoridade da voz jornalística, a estrutura de cláusula reflete a preferência pelo contingente e pelo “situado”, ao invés da pretensão de verdade e objetividade da narrativa noticiosa.

A *estrutura processual* dispõe o público do noticiário diretamente na esfera da simultaneidade ao inserir na narrativa uma dimensão de “comunicação de crises”, isto é, uma comunicação com um olhar afinado à ação urgente diante do sofrimento à distância (Fearnbanks, 2007). Ela faz isso por meio da extensiva presença de *hyperlinks*, os quais tornam possíveis novas opções para a ação à distância. Além do convite para responder por *e-mail* à questão “Você foi atingido pelo terremoto?”, há agora uma nova gama de opções de engajamento via *uploads* de fotografias e vídeos, páginas no *Twitter*, e, acima de tudo, por meio de doações. Considerando que os links para doação obviamente são endereçados ao Ocidente como potencial benfeitor diante do sofrimento do povo haitiano, a interatividade informativa, a exemplo das *fotografias*: *Email yourpics@bbc.co.uk*; *Vídeos*: *Faça o upload do seu vídeo*; *Twitter*: *HYS no Twitter*; convoca, sobretudo, a contribuição dos atingidos na posição de fontes principais de notícias no transcorrer da transmissão. Porém, somente sete de 1015 registros no fluxo de notícias incluíam a voz dos atingidos, todas elas por meio de “*tweets*” (com extensão inferior a 140 caracteres) acrescidas de vídeos de celulares, ao passo que a maioria dos relatos de testemunhas oculares vieram de ONGs – aproximadamente 20 mensagens. O restante das mensagens testemunhais veio de Ocidentais indiretamente atingidos pelo terremoto ou por haitianos que vivem no Ocidente e, no limite, nos países vizinhos.

A qualidade estética do *streaming* pela *web* dá origem, então, a um “testemunho participativo”, uma forma de testemunho que consiste em narrativas

heterogêneas que contam com as opções interativas que equalizam todas as contribuições – por exemplo, a chegada do jornalista da *BBC* em Porto Príncipe é somente um *feed* entre outros: “23/09 O jornalista da *BBC*, Andy Gallacher, diz: ‘Eu acabei de chegar em Porto Príncipe e a equipe de auxílio humanitário está chegando agora, mas muito lentamente, de fato. Aqui há somente uns poucos barcos da guarda costeira americana e aviões militares...’”. Ao colocar o “eu” profissional (ainda no centro do depoimento testemunhal) lado a lado com o “eu” dos usuários amadores, o testemunho participativo pode ser apreendido como uma “radicalização” do modo testemunhal – impelindo ainda mais as notícias convergentes em direção à “descentralização”, possibilitando a emergência de uma coletividade dispersa, embora engajada, que atua não somente como comentadora, mas também como coautora das notícias acerca do sofrimento à distância.

6. RUMO A UM PÚBLICO DE NOTÍCIAS PÓS-HUMANITÁRIO

A análise dos depoimentos testemunhais e dos testemunhos participativos aponta para o fato de que, considerando que a estética sempre fez parte das notícias, a exemplo das circunstâncias nas quais os estilos de testemunho na televisão desafiaram o olhar “totalizante” da objetividade (Mulhmann, 2008), o noticiário pós-televisivo vai um passo adiante ao transformar a autenticidade em problema estético. Isto decorre da paulatina substituição da lógica televisiva do *storytelling* enquanto “ação dramática” pela lógica da interatividade tecno-textual, por meio da qual a *timeline*, a fonte e o *hyperlink* se tornam componentes explícitos do engajamento interpretativo das audiências com o sofrimento à distância – um processo que também chamo de “tecnologização do testemunho”. Daqui em diante me dirijo a uma discussão crítica desse processo e concluo com as implicações da expansão tecnológica na constituição dos públicos de notícias do pós-televisão.

A tecnologização do testemunho: Duas propriedades contribuem para a tecnologização do testemunho no noticiário pós-televisivo: a visibilidade *online* do trabalho jornalístico; e a presença da interatividade

hiper-textual. Embora já tenha abordado essas propriedades como componentes narrativos das notícias, me dirijo agora a elas como traços de deslocamentos na regulação institucional nas notícias. A visibilidade do trabalho jornalístico reflete mudanças de mercado no processo de apuração, saindo de um jornalismo conduzido pelas fontes (e orientado à verificação da informação) em direção a um jornalismo regido pelos acontecimentos (e baseado em material proveniente da zona de sofrimento). Isto é evidente nas *timelines*, as quais substituem uma hierarquia de relevância (quais são os fatos) por uma hierarquia de tempo (o que vem em primeiro lugar); mas também no registro das fontes, trocando uma hierarquia de status (o que disseram as autoridades) por uma hierarquia de ativismo (quem quer que tenha dito primeiro). Ao mesmo tempo, a presença da interatividade hiper-textual reflete deslocamentos na autoria das notícias, partindo de um processo de edição que implica na redação de textos individuais em direção a um processo de edição que envolve múltiplas competências, incluindo o monitoramento *cross-media* e a reutilização de conteúdo em textos jornalísticos frequentemente “colaborativos” (DEUZE, 2004). Isto é nítido nos espaços extras alocados no canto superior direito dos portais, preenchidos com *links* para plataformas de comunicação - convidando o usuário a encaminhar material à rede visando sua potencial publicação em *streaming* no portal.

Ao invés de observar essas mudanças como traços exclusivamente benignos do progresso tecnológico, supostamente impulsionando à democratização do noticiário, deveríamos também apreendê-las em sua estreita articulação com as preocupações de mercado das instituições jornalísticas – como a diminuição da confiança pública e um declínio de lucratividade na oferta de notícias *online* (Scott, 2005). A colaboração de jornalistas cidadãos como fontes voluntárias, nesse contexto, é parte de uma estratégia institucional que capitaliza o trabalho não remunerado das pessoas comuns no intuito de reinventar modelos noticiosos mais atrativos e de baixo custo – ainda que correndo o risco de oferecer informações que são, em última instância, pouco confiáveis (Allan, 2007; Turner, 2010).

Ao mesmo tempo, todavia, esse deslocamento de um mercado de “negócios para consumidores” rumo às notícias “*peer-to-peer*” parece reestruturar as relações de poder nas redações, conferindo às mudanças corporativas no jornalismo *online* uma irreduzível dimensão democrática (Gillmor, 2004). De fato, embora as ONGs providenciem uma larga parcela do “trabalho não remunerado” para o jornalismo *online*, elas também parecem ganhar, por sua vez, uma visibilidade ampla: acompanhando durante as primeiras 24 horas o terremoto no Haiti, elas preencheram um importante hiato informativo no fluxo da *BBC*, posteriormente coberto pela chegada de jornalistas. Ao fazer isso, as ONGs compensaram a desigual relação de poderes entre elas e os jornalistas, utilizando as plataformas multimídias a fim de romper com a indiferença seletiva que compõe muitas reportagens televisivas. Suspeitosamente, então (tal como pode ser a economia política do jornalismo convergente), as notícias participativas parecem ressoar, positivamente, com aquilo que Jenkins (2004) chama de “economia cultural” da convergência – a promessa de oferecer “às pessoas comuns as ferramentas para (...) apropriarem-se e circularem conteúdo” (Jenkins, 2004, p.93) e, desse modo, tomarem algum controle sobre a agenda jornalística.

Todavia, argumento que é precisamente esse emprego da tecnologia a serviço das pessoas comuns que contribui, simultaneamente, para a tecnologização do testemunho. Isto ocorre na medida em que a multi-medialidade que torna as narrativas participativas possíveis é, originalmente, também responsável por modelá-las segundo a lógica da base de dados: um depósito de registros sem desenvolvimento interno, embora disponível para fins de arquivamento (Manovich, 2001). Essa remodelação das notícias é evidente nas textualidades do noticiário pós-televisivo, e particularmente na fragmentação da narrativa participativa: a estrutura coesiva da bricolagem, a estrutura de cláusula do fragmento e a estrutura processual do *link* incorporado. É esse agregado de plataformas tecnológicas (dísparas e não assimiláveis) como transmissoras de uma história que flertam com a lógica narrativa da “hipermediaticidade” (Bolter; Grusin, 2000) – uma lógica que trata a infraestrutura tecnológica da convergência

como um componente explícito e integral da estética narrativa das notícias.

A principal implicação dessa textualidade multi-mediada é que ela desloca a voz ordinária de uma coerente narrativa jornalística de “ação dramática”, condensando-a na forma de “fragmentos sonoros” e dispondo-a em uma sequência temporalmente coesa, mas narrativamente incoerente. O *link* incorporado, uma espécie de “hiper-fragmentação” de si mesmo, é uma manifestação adicional desse processo de deslocamento, na medida em que “embrulha” e condensa uma variedade de expressões visuais e linguísticas em indicadores *online*, mantendo-os, portanto, “escondidos” da vista – a não ser que sejam alçados à visibilidade.

Assim, embora operando em direção a uma forma colaborativa de jornalismo, as narrativas participativas do pós-televisão concomitantemente “objetificam” as vozes que elas exibem, na medida em que transformam seus relatos de sofrimento em uma coleção de “atos de fala” visuais e linguísticos auto-contidos, disponíveis ao consumo a qualquer solicitação e em qualquer momento. O uso da transmissão ao vivo como um registro *online* intitulado “BBC. Como aconteceu” acena de fato para a função de arquivamento das narrativas participativas enquanto depósitos de notícias ou “crônicas” contemporâneas, que disponibilizam uma linha cronologicamente ordenada de acontecimentos, ainda que sem “qualquer análise ou interpretação” (Rantanen, 2009, p.6). É a lógica da base de dados, em suas formas sincrônica (como transmissão ao vivo) bem como diacrônica (como crônicas), que é então responsável pela transformação do testemunho de uma única narrativa da “ação dramática” para uma miríade de “pequenas narrativas” de atividades individuais¹⁰.

Ao invés de ser motivo para celebrar a morte do jornalismo ou a democratização das notícias, o deslocamento em direção ao testemunho ordinário acena, do contrário, para uma mudança fundamental na forma de regulação das notícias (aquilo que Foucault chama de “função do autor”), saindo da “individualização” do jornalista rumo à “individualização” dos

públicos (Hirst, 1995). A primeira forma de individualização, permita-nos lembrar, envolve uma prática institucionalizada de produção de conhecimentos que constitui o jornalista como um autor legítimo das notícias, com a condição de que sua voz construa o sofrimento à distância como uma causa para a ação por meio de um discurso profissional de objetividade, enquanto que a segunda implica em uma prática não institucionalizada que foca-se nas “pessoas comuns” como autoras legítimas das notícias por meio de um discurso de autenticidade e auto expressão.

Enquanto que a individualização do jornalista tem sido associada a “patologias” particulares de testemunho, tais quais a aniquilação e a assimilação do sofrimento (sendo conseqüentemente criticada por reproduzir hierarquias de localidade e da vida humana), a individualização dos públicos, ao passo em que reivindica restaurar o poder moralizante do jornalismo, repousa-se em uma crescente tecnologia do testemunho que contesta a própria “narratividade” das notícias. É por isso que me dirijo agora justamente para as conseqüências da expansão tecnológica na formação dos públicos de notícias do pós-televisão.

O público das notícias pós-humanitárias: Desejo argumentar que a tecnologia do testemunho propõe um tipo particular de imaginação moral para os públicos de notícias no Ocidente, o qual nomeio de “pós-humanitário”. Essa é uma imaginação que evidencia a participação da tecnologia na narração do sofrimento à distância, repousando sobre um ativismo instantâneo (ao estilo “clique do mouse”), embora descontínuo, e conduzido pelo testemunho pessoal. Examinando duas características dos públicos de notícias do pós-televisão apreendidos na qualidade de públicos pós-humanitários: i) a “impossibilidade” da ação coletiva e; ii) o surgimento do discurso terapêutico. Longe de sugerir que as narrativas pós-televisivas não convocam seus próprios públicos de notícias, a ideia de “impossibilidade” aqui se refere as formas com que podemos imaginar esses públicos como agências coletivas nas narrativas. Baseado naquilo que nomeia como uma “política de atenção”, Dayan (2009) oferece um relato das distintas imaginações do público que estão articu-

ladas aos dois regimes de produção noticiosa, o da televisão e o do pós-televisão. Ele argumenta que o sofrimento na televisão oferece uma imaginação da ação coletiva baseada em uma política da atenção focada – na consciência do engajamento simultâneo com as narrativas da “ação dramática” que decorrem do ato de assistir TV. O sofrimento *online*, em contraste, oferece uma imaginação da agência coletiva: fundamentada em suas textualidades hiper-mediadas, o pós-televisão organiza a imaginação de agência coletiva em torno de uma série de práticas de ativismo individualizadas e descontínuas (tais quais o monitoramento de atualizações, a navegação e os cliques em *links*, a troca de *e-mails* e as postagens no *Twitter*) que são “intensivas”, muito embora não “se traduzam em maior atenção dispendida às histórias contadas...” (Deuze, 2005)¹¹. Ao contrário da audiência “tradicional” (unificada por práticas de assistir simultaneamente à TV), os públicos das notícias do pós-televisão são mais adequadamente imaginados como um corpo descentralizado de usuários de mídia individuais, os quais estão “simultaneamente comprometidos e desconectados, em multitarefas e desatentos” (DEUZE, 2004, p.148).

Esse engajamento intensivo, embora “desconectado”, com o noticiário pós-televisivo, não desloca simplesmente a imaginação de agência coletiva da atenção simultânea para a desatenção interativa. Ele sugere ainda que tal agência coletiva é agora constituída com base em uma distinta pretensão de verdade: da objetividade do noticiário televisivo para a contingência radical do *streaming* na *web*. O ponto aqui é que, ainda que o pós-televisão contenha múltiplas pretensões de verdade - incluindo o testemunho daqueles envolvidos em circunstâncias de sofrimento e os relatos objetivos dos jornalistas e das fontes oficiais – ele não privilegia qualquer um desses atores. Muito pelo contrário: a pretensão de verdade da “base de dados” enquanto narrativa noticiosa não se ancora nem na objetividade e nem na emotividade subjetiva, mas, em vez disso, aporta-se em uma reivindicação pelo conhecimento situado, aberto e incompleto: “menos uma pretensão de saber o que os leitores querem ou de entender o significado

11_ <http://firstmonday.org/htbin/cgiwrap/bin/ojs/index.php/fm/article/viewArticle/1257/1177>

de um acontecimento”, e mais “um terreno de saberes múltiplos e de ampla compreensão do mundo” (Matheson, 2005, p. 461).

É essa natureza “aporética” do testemunho - a consciência (textualmente codificada) de que o sofrimento à distância não pode ser adequadamente narrado “sem deformação” (uma vez que permanece sempre como uma história parcial, contingente e fragmentária), mas sim de modo que as pessoas possam “perceber-se suficientemente afetadas por ele” (nos termos de Boltanski) através de uma pretensão gêmea por objetividade e emotividade - que lança luz à impossibilidade da agência coletiva no noticiário pós-televisivo. Esse público é então pós-humanitário no sentido de que é convocado a imaginar-se como ator com base nas “pequenas narrativas” que engajam cada espectador como um indivíduo em contato com as tecnologias interativas das notícias, em um “jornalismo de descentralização” (ao invés de basear-se nas narrativas da “ação dramática” que potencialmente engajam os públicos com outros atores no espaço de aparências, aquilo que Mulhmann nomeara de “jornalismo de unificação”).

Essa individualização da autoria ressoa bem com as formas monitoriais e voluntaristas da cidadania que, assim como o noticiário pós-televisivo, afastam-se das pretensões de “representar o público”, vendo a participação como a expressão autêntica dos cidadãos singulares no contexto daquilo que Hartley chama de “democracia conversacional” (baseado em Coleman, 2005). No entanto, em face do sofrimento à distância, qual tipo de conversação é instituída em forma de participação pública? Para abordar essa questão passo agora para a segunda característica do noticiário pós-televisivo, o surgimento do discurso terapêutico.

Permita-nos recordar que o testemunho ordinário introduz no noticiário um discurso terapêutico que enfoca-se naquilo que Taylor (1995) chama de “reconhecimento”: o direito do atingido de tornar seu sofrimento visível e, desse modo, legitimá-lo para todos no espaço de aparências Ocidental. Nesse sentido, alegações de impotência, desespero, lesão física ou dor emocional lançam luz à faculdade do testemunho ordinário de operar como um ato de

9_ Para *link* conferir a quinta nota de rodapé.

10_ Sobre o termo “pequenas narrativas”, ver Deuze (2005).

fala “performativo”, ou seja, um discurso ritual que, ao abordar seus públicos como destinatários compassivos, constitui-os como sujeitos ético-políticos no interior de um discurso de humanidade universal. Em verdade, na medida em que essas reivindicações por reconhecimento estabelecem nossa “vulnerabilidade mental e física partilhada” através das hierarquias de localidade e de vidas humanas, elas projetam, ulteriormente, “formas de solidariedade além dos limites das comunidades estabelecidas”, potencialmente elevando, assim, a força cosmopolita do noticiário (Linklater, 2007, p.138). O pós-televisão, nesse contexto, parece “descentralizar” a função “unificadora” do noticiário televisivo não somente em termos de individuação da agência coletiva dos públicos das notícias (como vimos anteriormente), mas também nos termos de expansão de sua imaginação moral para além das comunidades existentes de pertencimento.

Contudo, existe uma ambivalência fundamental nessa dinâmica de descentralização: permita-nos também lembrar que, a despeito da proliferação do testemunho ordinário, a vasta maioria dos testemunhos de atingidos provém do Ocidente – somente oito registros de transmissão na *web* vieram de “pessoas comuns” no Haiti (e não está claro quantas delas são de haitianos), ao passo que os 42 remanescentes são atribuídos às ONG ocidentais ou a viajantes que foram indiretamente atingidos pelo terremoto.

Tais desigualdades nas vocalizações do testemunho, as quais acompanham um padrão global de distribuição assimétrica no uso das tecnologias móveis (Beckett; Mansell, 2008), podem estar apontando para uma nova limitação no espaço de aparências – uma fronteira entre o falante Ocidental e o sofredor silencioso. Refletido nos fluxos de conversação em transmissões pela *web*, esse emergente entrave acena para o fato de que, ao vocalizar o trauma visando o reconhecimento, o testemunho ordinário em última instância discorre sobre e, portanto, reconstitui um espaço de aparências Ocidental. Ao invés de ser originado e orientado à alteridade vulnerável, esse espaço de aparências toma então esses outros como tema de discussão, mas não sem antes dispor um círculo de destinatários ocidentais como um “nós” no centro

de seus rituais de comunicação; isto é, nos termos de Castell, uma forma “mediada de auto comunicação de massas”: auto gerada em conteúdo, auto dirigida em emissão, e auto seletiva em recepção por muitos que se comunicam com muitos” (2007, p.248).

Os públicos pós-humanitários das notícias participativas, nesse contexto, podem ser vistos como se estivessem agindo sobre a im/possibilidade do testemunho jornalístico (enquanto ato moral) de modos que são tanto altruístas quanto narcisistas. Considerando que no primeiro modo eles atuam como forças descentralizadoras que cosmopolitizam o imperativo moral de agir diante da alteridade vulnerável (algo nítido na proliferação dos testemunhos de ONGs), já no segundo eles centralizam novamente esse imperativo moral em torno das “suas” próprias performances individualizadas de cidadãos “traumatizados”.

O que falta é um movimento além da temporalidade urgente da simultaneidade em direção à historicidade do sofrimento no Haiti - nos termos das relações de poder políticas que inevitavelmente incidem nas consequências de uma catástrofe natural -, incluindo aqui menções à história colonial e pós-colonial do país. Tal história, como James revela claramente, é responsável não somente pela profunda pobreza, mas também pela dominância do discurso terapêutico (tanto fora quanto no interior do país) como uma forma instrumental de comunicação pública que constrói consistentemente o Haiti como objeto de permanente auxílio humanitário e dependente do Ocidente (James, 2004)¹².

Na busca por redirecionar os déficits políticos e éticos do noticiário televisivo, expressos nas patologias da “aniquilação” e da “assimilação”, é que propus então, na introdução, que o noticiário pós-televisivo pode estar produzindo sua própria “patologia” de testemunho, o “ventriloquismo”: o trauma do sofredor pode agora se tornar uma reivindicação moral potencialmente legítima no espaço de aparências, mas somente na condição de que a sua voz esteja situada no Ocidente e que se manifeste através de uma imagi-

¹² Mas vale conferir um “liveblogging” da *Al Jazeera* no Haiti para uma perspectiva histórica: <http://blogs.aljazeera.net/americas/2010/01/13/why-haiti-earthquake-was-so-devastating>

nação moral decididamente comunitária.

7. CONCLUSÃO

Nesse artigo explorei a natureza do testemunho no noticiário pós-televisivo. Tomando como ponto de partida uma análise das narrativas emergentes do jornalismo convergente, mostrei como a multi-medialidade da convergência afetou a narratividade das notícias ao longo de três dimensões textuais chave das notícias: as estruturas coesiva, de cláusula e processual. Argumentei que, na medida em que tais mudanças estruturais resultam na substituição da lógica das notícias como *storytelling* para uma lógica de interatividades tecno-textuais, o testemunho pós-televisivo pode ser visto em sua paulatina tecnologização. Conclui que esse processo permitiu a emergência do testemunho ordinário e a manifestação de um *ethos* atencioso em relação à alteridade vulnerável. No entanto, a tecnologização do testemunho simultaneamente deu origem a formas ambivalentes de agência coletiva, as quais produzem, potencialmente, públicos de notícias pós-comunitários – orientados por uma imaginação moral comunitária e baseados em formas de ativismo tecnológico instantâneas, muito embora descontínuas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALLAN, Stuart. Citizen Journalism and the Rise of “Mass Self-Communication”: Reporting the London Bombings. *Global Media Journal*. 1 (1), 2007.
- ALLAN, Stuart. The problem of the public: The Lippmann-Dewey debate. *Routledge Companion to Journalism Studies*. Londres: Routledge, 2009, p. 60-70.
- ARENDT, Hannah. *The Human Condition*. Chicago: Chicago University Press, [1958] 1990.
- ATTON, D. *Alternative Media*. Londres: Sage, 2002.
- BECKETT, Charlie. *Supermedia*. Londres: Blackwell, 2008.
- BECKETT, Charlie; MANSELL, Robin. Crossing boundaries: New media and networked journalism.

Communication, Culture and Critique, 2008, p. 92-104.

BELL, Martin. *The Journalism of Attachment*. Londres: Routledge, 1997.

BENNETT, W. Lance; LAWRENCE, Regina G.; Livingston Steven. *When the press fails: Political power and the news media from Iraq to Katrina*. Chicago: University of Chicago Press, 2007.

BETHNALL, Jonathan. *Disasters, Relief and the Media*. Londres: Tauris Books, 1993.

BOLTANSKI, Luc. *Distant Suffering. Politics, Morality and the Media*. Cambridge: CUP, 1999.

BOLTER, Jay David; GRUSIN, Richard. Remediation. *Understanding New Media*. Massachusetts: MIT Press, 2000.

CAREY, J. In defence of public journalism. In: GLASER, T. *The Idea of Public Journalism*. Nova Iorque: Guilford Press, 1999, p. 47-66.

CASTELLS, Manuel. Communication, power and counter-power in the network society. *International Journal of Communication*, 2007, p. 238-266.

CHOULIARAKI, Lilie. Post-humanitarianism: Humanitarian communication beyond a politics of pity. *International Journal of Cultural Studies*. 13 (2), 2010, p. 107-26.

CHOULIARAKI, Lilie. Mediation as moral education. *Media, Culture and Society*. 30 (6), 2008, p. 831-852.

CHOULIARAKI, Lilie. *The Spectatorship of Suffering*. Londres: Sage, 2006.

COOPER, G. Anyone here survived a wave, speak English and got a mobile? Aid agencies, the media and reporting disasters since the tsunami. *14th Guardian lecture*. Oxford: Oxford University, 2006.

COTTLE, Simon. *Global Crisis Reporting*. Milton Keynes: Open University Press, 2009.

DAYAN, D. Quand montrer c'est faire. *Divinatio*. 29,

2009, p. 155-78.

DEUZE, Mark. Online Journalism: modeling the first generation of news media on the World Wide Web. **First Monday**. 6 (10), 2001.

DEUZE, Mark. What is multimedia journalism? **Journalism Studies**. 5 (2), 2004, p. 139-52.

DEUZE, Mark. Towards professional participatory storytelling in journalism and advertising. **First Monday**. 10 (7), 2005. Disponível em: <<http://first-monday.org/htbin/cgiwrap/bin/ojs/index.php/fm/article/viewArticle/1257/1177>>.

DEUZE, Mark. Participation, remediation, bricolage: Considering principal components of a digital culture. **The Information Society**. 22, 2006, p. 63-75.

FAIRCLOUGH, Norman. **Media Discourse**. Londres: Longman, 1995.

FRANKS, S. The Carma Report: Western media Coverage of Humanitarian Disasters. **The Political Quarterly**. 77 (2), 2006.

GALTUNG, Johan; RUGE, M. H. The structure of foreign news. **Journal of Peace Research**. 2 (1), 1965, p. 64-90.

GILLMOR, Dan. **We the Media**. [s.l.]: O'Reilly Press, 2004.

HARCUP, Tony. Journalists and Ethics: the quest for a collective voice. **Journalism Studies**. 3 (1), 2002, p. 101-114.

HIRST, Paul. Foucault and Architecture. In: SMART, B. **Foucault: Critical Assessments** Londres: Routledge, 2005, p. 350-71.

JAMES, E. C. The political economy of trauma in Haiti in the democratic era of insecurity. **Culture, Medicine and Psychiatry**. 28, 2004, p. 127-149.

LINKLATER, Andrew. Towards a sociology of global morals with an 'emancipatory intent'. **Review of International Studies**. 33, 2007, p. 135-150.

LIVINGSTONE, Sonia; LUNT, P. **Talk on Television**.

Londres: Sage, 1994.

MANOVICH, Lev. **The Language of New Media**. Massachusetts: MIT Press, 2001.

MARKHAM, Tim. Hunched Over Their Laptops: Phenomenological Perspectives on Citizen Journalism. **MeCCSA Conference**, jan. 2010.

MATHESON, D. Weblogs and the Epistemology of the News: some trends in online journalism. **New Media & Society**. 6 (2), 2004, p. 443-68.

MUHLMANN, G. **A Political History of Journalism**. Cambridge: Polity, 2008.

PAVLIK, John V. **New Media and Journalism**. Massachusetts: MIT Press, 2001.

PETERS, John Durham. Witnessing. In: FROSH, P.; PINCHEVSKI, A. **Media Witnessing**. Londres: Palgrave, 2009.

RANTANEN, Terhi. **When News Were New**. Londres: Wiley Blackwell, 2009.

REESE, Stephen D. The future of journalism in emerging deliberative space. **Journalism**. 10 (3), 2009, p. 358-60.

DAI, J.; REESE, Stephen D. Citizen Journalism in the Global News Arena: China's New Media Critics. In: ALLAN, Stuart; THORSEN, E. **Citizen Journalism: Global Perspectives**. Nova Iorque: Peter Lang, 2009, p. 220-231.

SILVERSTONE, R. **The message of television: Myth and narrative in contemporary culture**. Londres: Heinemann, 1981.

SILVERSTONE, R. **Media and Morality**. Cambridge: Polity, 2006.

TAYLOR, Charles. The politics of recognition. In: HEBLE, A. **New Contexts of Canadian Criticism**. Ontario: Westview Press, 1995, p. 98-131.

THELWALL, M., STUART, D. RUOK? Blogging communication technologies during crises. **Journal of Computer-Mediated Communication**. 12 (2),

2007. Disponível em: <<http://jcmc.indiana.edu/vol12/issue2/thelwall.html>>.

TUCHMAN, Gaye. Objectivity as a strategic ritual: An examination of newsmen's notions of objectivity. **American Journal of Sociology**. 77, 1972, p. 660-79.

TURNER, G. **Ordinary People and the Media: The Demotic Turn**. Londres: Sage, 2010.

Recebido_14 de maio de 2017.
Aprovado_20 de junho de 2017.